

---

**S.R. DA AGRICULTURA E AMBIENTE**  
**Portaria n.º 41/2016 de 5 de Abril de 2016**

---

Considerando a Resolução n.º 75/2016, de 1 de abril, que autoriza a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente a conceder uma compensação financeira aos produtores de leite de vaca da Região Autónoma dos Açores que se comprometam a abandonar definitiva e integralmente a produção de leite a partir de 31 de julho de 2016 e define os termos gerais da respetiva atribuição;

Considerando que a regulamentação das condições de atribuição prevista no ponto 9 da mencionada resolução são definidos por portaria do membro do Governo competente em matéria de agricultura;

Assim, ao abrigo da Resolução n.º 75/2016, de 1 de abril, manda o Governo Regional dos Açores, através do Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, o seguinte:

**Artigo 1.º**

**Objeto**

A presente Portaria tem por objeto a regulamentação das condições de atribuição da compensação financeira aos produtores de leite de vaca da Região Autónoma dos Açores, prevista nos termos da Resolução n.º 75/2016, de 1 de abril.

**Artigo 2.º**

**Beneficiários**

1. Podem candidatar-se à compensação financeira prevista na Resolução n.º 75/2016, de 1 de abril, os produtores de leite, a título individual ou coletivo, que satisfaçam as seguintes condições:

- a) Sejam titulares de uma exploração agrícola localizada na Região Autónoma dos Açores, cujas parcelas se encontrem registadas no Sistema de Identificação Parcelar (iSIP);
- b) Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento, considerando-se também para o efeito as explorações com processos de licenciamento a decorrer;
- c) Exerçam a atividade de produtores de leite há pelo menos 10 anos;
- d) Tenham registado entregas ou vendas diretas no ano de 2015, iguais ou inferiores a 200.000 litros;
- e) Tenham mais de 55 anos;
- f) Tenham a sua situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal, respetivamente;
- g) Estejam inscritos na Administração Fiscal com Classificação da Atividade Económica (CAE) na área agrícola;
- h) Não sejam beneficiários de ajudas financeiras ao investimento ao abrigo do PRORURAL, cujos compromissos se encontrem ativos, salvo se se comprometerem a devolver o montante em causa de acordo com a legislação em vigor.

2. Para efeitos da alínea c) do número anterior são excecionados os casos das heranças indivisas e a transferência total da exploração por herança para o cônjuge.

3. Para efeitos do estabelecido na alínea e) do n.º 1, considera-se no caso das sociedades a idade do sócio mais novo e no caso das heranças indivisas a idade do cabeça de casal.

4. A concessão desta compensação financeira não é cumulável com quaisquer outros apoios comunitários, nacionais, ou regionais com idêntica finalidade.

#### Artigo 3.º

#### **Período de apresentação das candidaturas**

O período de apresentação de candidaturas decorre entre 11 a 29 de abril de 2016.

#### Artigo 4.º

#### **Apresentação e análise das candidaturas**

1. As candidaturas serão apresentadas pelos produtores, ou seus representantes legais, nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, em formulário próprio, acompanhado dos documentos nele exigidos.

2. Os Serviços de Desenvolvimento Agrário remetem ao Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, semanalmente e, por fim, até 6 de Maio de 2016, as candidaturas recebidas.

3. As candidaturas são objeto de análise e decisão pelo Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas no prazo máximo de 20 dias úteis a contar da data-limite definida no número anterior.

4. Podem ser solicitados aos candidatos elementos ou documentos adicionais considerados relevantes para a análise da candidatura apresentada.

5. A não entrega dos documentos ou elementos mencionados no número anterior dentro do prazo estabelecido para o efeito, salvo motivo devidamente justificado e aceite pelo serviço competente, bem como o não cumprimento dos critérios de elegibilidade fixados nos termos da Resolução nº 75/2016, de 1 de abril e na presente portaria, determinam a exclusão da candidatura.

6. Na análise das candidaturas, e para os efeitos da sua hierarquização, serão utilizados os seguintes critérios:

- a) Volume de entregas ou vendas diretas no ano 2015;
- b) Avaliação de risco da exploração, conforme definido no Plano de Controlo Oficial de Leite cru vigente na região;
- c) Área emparcelada;
- d) Rejuvenescimento agrícola.

7. A pontuação de cada um dos critérios é efetuada nos termos do anexo à presente portaria, que dela faz parte integrante, de acordo com as seguintes especificações:

- a) Para efeitos do disposto na alínea b) considera-se a avaliação de risco efetuada pelos Serviços Oficiais, válida à data da candidatura.
- b) Para efeitos do disposto na alínea c), consideram-se as áreas libertadas para emparcelamento de outras explorações e, quando exista mais do que uma exploração cessionária, considera-se o somatório da área emparcelada.
- c) Para efeitos do disposto na alínea d), considera-se a idade dos titulares das explorações cessionárias, à data do termo do prazo para apresentação das candidaturas e, quando exista mais do que uma exploração cessionária, considera-se a idade do titular

que obtenha mais área. No caso das sociedades considera-se a idade do sócio mais velho.

8. As candidaturas serão ordenadas por ordem decrescente da pontuação obtida.
9. Em caso de igualdade de pontuação, utilizar-se-ão para efeito de desempate os seguintes fatores:
  - a) Menor quantidade produzida;
  - b) Maior idade;
  - c) Data da candidatura.

#### Artigo 5.º

##### **Decisão final**

1. A decisão compete ao presidente do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas e será comunicada, por escrito, aos interessados, informando em simultâneo os compradores do leite em causa.
2. A aprovação está condicionada à existência de cobertura orçamental.

#### Artigo 6.º

##### **Audiência dos interessados**

As propostas de decisões desfavoráveis são objeto de notificação aos interessados para efeitos de audiência prévia nos termos do disposto nos artigos 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, sendo confirmadas ou revistas de acordo com os resultados dos procedimentos realizados.

#### Artigo 7.º

##### **Obrigações dos beneficiários**

Os beneficiários desta compensação financeira obrigam-se a:

- a) Abandonar total e definitivamente a produção leiteira, até 90 dias após a data do pagamento da primeira anuidade, não apresentando registos no SNIRA de qualquer fêmea de aptidão leiteira e não fazendo, direta ou indiretamente, quaisquer entregas ou vendas de leite, a qualquer título;
- b) No prazo indicado na alínea anterior abater, no mínimo 30% do efetivo de aptidão leiteira com pelo menos uma parição, detido à data da candidatura, excepcionando os beneficiários sediados nas ilhas do Corvo, Flores, Pico e Faial.
- c) Transferir a totalidade do efetivo de aptidão leiteira, com pelo menos uma parição, ao cessionário, caso o cessante esteja sediado nas ilhas do Corvo, Flores, Pico e Faial, por forma a assegurar nessas ilhas a continuidade da produção;
- d) Prestar aos agentes dos serviços fiscalizadores toda a colaboração necessária;
- e) Antes do pagamento da última anuidade e nos casos em que se verifique a majoração da ajuda devido a ação de emparcelamento e/ou processo de rejuvenescimento do sector, comprovar a transferência da parcela ou parcelas, através iSIP e de contrato de arrendamento, escritura de compra e venda ou doação;

f) Não transmitir a sua exploração leiteira, através da venda, arrendamento, doação ou qualquer outro título a outro produtor que seja o seu cônjuge ou pessoa equiparada ao cônjuge;

#### Artigo 8.º

##### **Incumprimento**

O incumprimento dos compromissos assumidos, ou a recusa na prestação de informação, têm como consequência a rescisão do contrato-programa e a devolução das quantias recebidas, acrescidas de juros deste a data da verificação do incumprimento.

#### Artigo 9.º

##### **Entrada em vigor**

A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente.

Assinada em 4 de abril de 2016.

O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, *Luís Nuno da Ponte Neto Viveiros*.

#### **Anexo**

**(A que se refere o nº7 do artigo 4º)**

##### **Critérios de hierarquização das candidaturas**

<b>Pontuação</b>	<b>Entregas e/ou vendas diretas (litros)</b>	<b>Avaliação de Risco da Exploração</b>	<b>Área Emparcelada (%)</b>	<b>Idade do produtor cessionário (anos)</b>
<b>8</b>	<50.000	4	>40	<25
<b>6</b>	50.000 a 100.000	3	21 a 40	25 a 30
<b>4</b>	100.001 a 150.000	2	11 a 20	31 a 40
<b>2</b>	150.001 a 200.000	1	> 0 a 10	> 40